



Handwritten signature or mark.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de dezembro de 2025

No dia trinta de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2. Expediente para conhecimento.

1.3. Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

2.2. Apreciação e votação da ata nº 4 da sessão ordinária do dia 29 de setembro do ano 2025;

2.3. Apreciação e votação da ata nº 1 da sessão extraordinária do dia 28 de novembro do ano 2025;

2.4. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / Artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março - conhecimento;

2.6. Documentos Previsionais para o ano económico de 2026 – Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Grandes Opções do Plano de Atividades – Mapa de Pessoal para 2026 – aprovação;

2.7. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2025, alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, alteração Modificativa ao Orçamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Despesa, alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – aprovação;

2.8. Alteração aos Documentos Previsionais – ano 2025, alteração ao Orçamento da Receita – ano 2025, Alteração ao Orçamento da Despesa – ano 2025, Alteração ao Plano de Atividades Municipais – ano 2025, Alteração ao Plano Plurianual Investimentos – ano 2025– aprovação;

2.9. Declaração de Interesse Municipal (DIM) Empreendimento Turístico Eco Sport Resort Hotel – Hotel 5*, “Garrano Península” – conhecimento;

2.10. Aprovação Definitiva da 1ª Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiros - aprovação;

2.11. Minuta de Contrato de Comodato de Imóvel entre o Município de Montalegre e a Associação Agroflorestal da Terras do Barroso – aprovação;

2.12. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Associação WFMontalegre 50+ – aprovação;

2.13. Minuta de Contrato-Programa entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA - Minuta – aprovação

2.14. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA - Minuta – aprovação


2.15. Desempenho das Funções de Fiscal Único na Empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – aprovação

2.16. Protocolo de cedência de Viatura entre a Câmara Municipal de Montalegre e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto – aprovação;

2.17. Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para a contratação “de fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP”- Concurso Público Internacional – Programa de concurso, Anexo I – DEUCP – Caderno de Encargos – Consumo Anual – aprovação.

3 – Intervenção do Público



 3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Efetuu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e sete membros, à exceção dos deputados António Eduardo Santos, João Paulo Coelho, Jorge Pereira e Ringo Pires.

Não justificaram as faltas à sessão extraordinária os deputados Joaquim Pires, Lúcia Jorge, Natasha Fontes, Sandra Gonçalves, José Pedro Correia, Nuno Pires, Delmar Santos, Hugo Araújo e Paulo Barros.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Fidalgo, Nuno Mota, Sandra Sousa, José João Carvalho de Moura e José Manuel Carvalho.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2. Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.3. Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Alberto Martins Fernandes, João Soares, Maria de Fátima Crespo, Natacha Fontes, Sandra Catarina Gonçalves, Sandra dos Santos Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Hernâni Carvalho.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras e caros Montalegrenses: Regresso a esta Assembleia Municipal depois de uma pausa. Este retorno é resultado de reflexão, responsabilidade e um compromisso com Montalegre. Saí desanimado e frustrado com a falta de ação deste órgão e com a maneira como a Assembleia se conformou em ser apenas um espaço de aprovação, em vez de ser um verdadeiro fórum para debate, fiscalização e desenvolvimento de soluções. Chegou-se ao cúmulo desta Assembleia não se permitir sequer a emitir uma posição sobre a questão do lítio, aquela que foi, e é ainda, a maior questão política que atingiu



 4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

a região património agrícola da Humanidade. Mas que representantes do povo somos nós afinal?

Por isso hoje volto, diferente, mais determinado e motivado para trazer uma nova contribuição ao trabalho desta Assembleia Municipal. Nós aqui, não nos podemos permitir a ser meros representantes de partidos na casa da política. Somos sim, em primeiro, representantes do povo e dos seus interesses.

Volto porque Montalegre precisa de uma oposição preparada, firme em suas convicções, mas aberta ao diálogo. Uma oposição que saiba discordar, mas também apontar alternativas. Que fiscalize com atenção, mas construa com responsabilidade.

O foco será claro: ação colaborativa e construtiva, sem abrir mão da nossa identidade política ou do nosso dever de fiscalização democrática.

Venho defender mais transparência, planeamento e ambição para o nosso concelho. Quero contribuir para decisões melhores, mais fundamentadas e mais justas para os cidadãos. Convicto de que ao fazermos este exercício político estaremos a aumentar a responsabilidade e exigência sobre a governação autárquica.

A Assembleia Municipal não pode ser um órgão adormecido. Tem que ser um espaço dinâmico, exigente e plural, onde as ideias são discutidas e onde se formam consensos quando o interesse de Montalegre assim o exige. É isso que os cidadãos esperam de nós.

Ao Executivo, digo claramente: estaremos dispostos a colaborar sempre que as propostas forem boas para Montalegre. Mas também haverá oposição clara, fundamentada e determinada quando entendermos que o caminho seguido não beneficia o interesse público.

A senhora presidente da Câmara referiu-me na tomada de posse, que gostaria de desanuviar o clima político. Pois bem, essa postura existirá, mas são precisos dois para contruir essa ponte. Espero que haja da parte do PS uma mudança de espírito, no sentido de abraçar uma nova forma de estar e fazer política em Montalegre.

Na última assembleia extraordinária trouxe uma proposta inócua, de elaboração conjunta e colaborativa do regimento da Assembleia Municipal, que o PS decidiu reprovar liminarmente, sem ponderação ou espírito de abertura. Na verdade, não chumbaram a proposta, chumbaram sim no teste do algodão!

Caso a vossa opção seja legitimamente nesse sentido, contraria, portanto, a este espírito colaborativo, nós PSD já demos mostras suficientes daquilo que sabemos fazer se formos para o confronto puro e duro, e isso com altas consequências para aqueles que nunca entenderam que a oposição em Montalegre é firme, sempre será firme, e precisa naturalmente do seu espaço de ação democrática.

A credibilidade de uma alternativa política é construída aqui, nesse espaço, com trabalho sério, coerência e respeito pelas instituições e pelas pessoas. É essa imagem de alternativa confiável que queremos afirmar - não com palavras vazias, mas com propostas, argumentos e responsabilidade.

Montalegre enfrenta desafios difíceis: a demografia, o desenvolvimento económico, a coesão territorial, a valorização dos serviços públicos e a afirmação estratégica do concelho. Nenhum desses desafios será resolvido com acomodação ou políticas de curto prazo.



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Por isso, acredito que podemos fazer melhor. Acredito que esta Assembleia pode ser mais relevante. E acredito que Montalegre merece mais ambição, mais debate e mais futuro.

Hoje, diante desta Assembleia e dos montalegrenses, assumo um compromisso claro: trabalhar com seriedade, lealdade institucional e total dedicação ao interesse do concelho.

É com esse espírito que regresso novamente à política ativa na esperança que esta missiva seja plenamente por todos compreendida.

Muito obrigado. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”

O deputado Alberto Martins Fernandes, em representação da bancada do Partido Socialista, apresentou a seguinte proposta de atribuição de “voto de louvor” a Catarina Dias, atleta de Kickboxing, natural do concelho de Montalegre: “Catarina Dias sagrou-se Campeã Mundial de WAKO – Associação Mundial de Organizações de Kickboxing, em Abu Dhabi, em novembro de 2025, alcançado um feito histórico e inédito para Portugal; este título mundial se soma à medalha de ouro conquistada nos Words Games 2025, realizados em Chengdu, na China, consolidando Catarina Dias como principal figura do Kickboxing português e uma referência internacional da modalidade; Estes resultados apresentam um contributo de elevado relevo para a afirmação e projeção internacional do desporto português, dignificando o país e o concelho; Catarina Dias é natural do concelho de Montalegre e atleta do Ginásio Clube Mirandense, constituindo um exemplo de mérito, dedicação e excelência, ao conciliar uma carreira desportiva de alto rendimento com a sua atividade profissional como engenheira civil.; o seu percurso desportivo iniciou-se ainda jovem no concelho de Montalegre, tendo demonstrado desde cedo talento e determinação, nomeadamente ao alcançar, aos 17 anos, o título de vice-campeã europeia de sub-18; A sua evolução sustentada no panorama internacional ficou igualmente demonstrada com a medalha de prata no Campeonato Europeu de Kickboxing 2024, antecedendo os extraordinários triunfos alcançados em 2025; Por tudo isto, Catarina Dias constitui um exemplo de excelência, mérito e superação, honrado ao mais alto nível o concelho de Montalegre, através do seu percurso desportivo, humano e profissional.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que a Assembleia Municipal delibere: atribuir um Voto de Louvor e Reconhecimento a Catarina Dias pelos excecionais resultados alcançados, pelo contributo ímpar para o desporto nacional e pela forma exemplar como representa o concelho e Portugal no plano internacional e determinar que o presente voto seja comunicado à homenageada, bem como divulgado publicamente e lavrado em ata da respetiva sessão. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes.”

O deputado João Soares disse que esperava que tivessem passado um Natal feliz, boas festas e que o novo ano seja à medida dos desejos de tudo o que é bom para todos. Feita esta saudação, nesta primeira sessão ordinária após o ato eleitoral, deixou uma saudação especial a todos aqueles que, pela primeira vez, integram esta casa da democracia. Aos que regressam, deixou igualmente a sua saudação.



 6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Esta é, de facto, a casa da democracia. É aqui que se debatem ideias, se apresentam críticas e se dá o contributo no cumprimento da missão de supervisão da ação executiva. Nunca, que se lembre, a Assembleia foi uma Assembleia adormecida. Pelo contrário, tem sido muitas vezes dinamizada, até quando os assuntos escasseiam, por propostas irrealistas ou até fantasistas que vão sendo apresentadas. Houve espaço para tudo.

Nunca foi limitado o uso da palavra, nem restringidos os temas em debate na Assembleia. A Assembleia sempre foi democrática, sempre esteve aberta e sempre deu voz a todos.

Ora bem, respondendo ao deputado Duarte Gonçalves, não sei se a questão do regimento não será apenas uma escapatória para entreter. A grande explicação que deveria ser dada hoje, nesta primeira Assembleia após as eleições, era uma explicação dirigida ao povo.

Desde logo, durante a campanha eleitoral surgiram cartazes com a mensagem “Renovar Montalegre”. Renovar Montalegre? O que significa, afinal, renovar? É recuar ao período pré-1989? É virar a sexta-feira 13 do avesso e transformar o 13 em 31? Muito “31” aqui se fez.

Renovar Montalegre é anular a Feira do Fumeiro? Renovar Montalegre é dizer mal de Montalegre? Percebe a palavra “renovar”. Renovar é, de facto, algo novo. E muita coisa mudou. Até algumas das pessoas que aqui constavam foram “renovadas”.

Depois, recordo o honrado Barroso, o nosso querido Miguel Torga, que, nas suas referências a Barroso, sempre fez questão de sublinhar que honra, lealdade e palavra são valores mágicos, simbólicos, integrantes da matriz deste povo. Quem aqui jura, pela honra, exercer com lealdade as funções que lhe são cometidas e depois abandona o barco contra Barroso, já explicou isso ao povo?

Já foi dito ao povo que as propostas que estavam por detrás desses cartazes eram para cumprir e que, afinal, quem as dinamizou, quem as invocou, quem as propalou e quem as anunciou ao povo, foi embora?

Foi aqui referido que Montalegre é número um em determinados indicadores. Admito que sim. No entanto, penso que, pelo lado negativo, também é número um. Em que outra câmara municipal, em que outro território deste país — e já não falo apenas da CIM — aconteceu que os dois cabeças de lista a dois órgãos autárquicos deste concelho tenham, por assim dizer, desaparecido em combate, ou após o combate?

Esta é uma situação que tem de ser explicada. E esta Assembleia está aberta a tudo, inclusive a prestar esse esclarecimento. Somos representantes do povo e não devemos permitir que se criem tantos pontos de interrogação na cabeça das pessoas.

Porquê? Porquê? Porquê? Foi isto que nos disseram, e agora? É preciso vir aqui explicar e comunicar com clareza.

E, já agora, que os santos da vossa devoção, os Santos Reis, vos iluminem, para que ajudem a esclarecer esta situação.

A Maria de Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores e Senhoras Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes de Junta, Exmos. Senhores deputados, Exmo. Público: é com imensa alegria e entusiasmo



 7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que me encontro novamente nesta Assembleia liderada pelo Sr. Dr. Pires que muito nos honra com a sua presença. Obrigada Dr. Pires.

Permitam-me saudar o Prof. Fernando Rodrigues a quem envio um abraço agradecido pela forma como sempre conduziu os trabalhos e com quem pessoalmente muito aprendi.

Aos Senhores Presidentes da Junta já repetentes e àqueles que vão iniciar o seu mandato pela primeira vez, desejo os maiores sucessos no desempenho das suas funções, que não são fáceis e exigem disponibilidade, empenho e rigor, entusiasmo e humildade no atendimento e serviço que vão prestar aos munícipes.

Um agradecimento aos que cessaram as funções e que foram tão importantes no desenvolvimento das nossas freguesias.

É com muito orgulho que parabenizo o executivo municipal na pessoa da Dra. Fátima Fernandes na qualidade de Presidente da Câmara. A primeira mulher eleita Presidente da Câmara neste concelho, que, contraventos e marés venceu inequivocamente estas eleições autárquicas.

Foi uma grande vitória.

Estamos todos de parabéns.

À Dra. Fátima Fernandes e ao seu executivo desejo as maiores felicidades e o maior sucesso na continuação do exercício das funções que lhe são atribuídas e que tão bem soube desempenhar no período anterior.

Mostrou afincadamente coragem, garra, força, empenho, determinação e muita humildade.

Não temos dúvidas de que o seu procedimento iria ser isento, rigoroso, honesto, responsável e democrático como tem sido até aqui.

Nada nem ninguém ficou esquecido. Desdobrou-se em atividades pelo território marcando presença nas festividades, que foram tantas e tão diversificadas, e que deram visibilidade a Montalegre.

Foram incansáveis a marcar presença em todos os locais onde foram convidados, apoiaram associações, as IPSS's, os grupos desportivos, o Congresso de Medicina Popular, a noite de Halloween e todos os eventos que felizmente acontecem em todas as aldeias e onde as comunidades manifestaram, disponibilidade para participarem e receberem com especial carinho a presença do executivo.

Nesta época festiva é de realçar o Natal inesquecível que as crianças e toda a comunidade puderam disfrutar na Praça do Município, bem como excelente decoração natalícia abrilhantada ainda com a neve que nos brindou nesta altura trazendo a Montalegre centenas de pessoas que construíram para a economia local.

Montalegre não é só sexta-feira 13, nem Feira do Fumeiro, é uma terra que se afirma por privilegiar a tradição.

Por último desejar aos nossos opositores as maiores felicidades e desejar também que as nossas divergências sejam tratadas com honestidade e elevação que o território, as instituições a que pertencemos e as pessoas que as dirigem não sejam gratuitamente enxovalhadas. Esse não é o caminho.

Honrar Montalegre, independentemente do partido a que pertencemos, não é destruir, não é humilhar, não é denegrir aquilo que é nosso e onde gostamos de viver.



 8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A crítica tem que existir mas que seja construtiva e verdadeira que todos possamos contribuir para o desenvolvimento integral deste território que é Montalegre. Aproveito para desejar a todos a continuação de boas festas e que o ano de 2026 seja para todos nós o melhor de sempre. Obrigada. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

A deputada Natacha Fontes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores deputados municipais, caras e caros Montalegenses: o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), aprovado em junho de 2024, constitui um instrumento estratégico para enfrentar os riscos climáticos que afetam Montalegre – incêndios, erosão dos solos e vulnerabilidade hídrica, entre outros – alinhando-se com as orientações nacionais e europeias.

Este plano é particularmente relevante tendo em conta que Montalegre integra o Sistema Agro-Silvo-pastoril do Barroso, reconhecido pela FAO como Património Agrícola Mundial. Esta distinção não é apenas um título: é um compromisso. Impõe-nos responsabilidades acrescidas na preservação dos sistemas agrícolas tradicionais, na gestão sustentável da água, na proteção da biodiversidade e na valorização dos recursos naturais que fazem do nosso território um exemplo único no mundo.

O plano (PMAC) traça, também, um diagnóstico claro sobre desafios demográficos do concelho: quebra populacional acentuada (menos 12,1% entre 2011 e 2021 – de 10.537 para 9.261 habitantes); envelhecimento da população (39,6% dos residentes têm 65 ou mais anos, enquanto os jovens até aos 24 anos representam apenas 14,8%); projeções preocupantes (até 2050, Montalegre poderá perder entre 2.552 e 3.028 habitantes, mesmo no cenário mais otimista).

Este quadro compromete a sustentabilidade social e económica do território e exige medidas concretas para atrair jovens e fixar população ativa.

Neste âmbito, noto uma contradição com a realidade orçamental do Município e as necessidades da região.

O relatório financeiro municipal apresentado é tímido e pouco ambicioso: receitas no valor de 38,7 milhões e despesas no valor de 32,3 milhões; Execução da receita corrente: 97% sustentada por transferências do Estado, impostos municipais e rendimentos de propriedade (incluindo receitas da EHATB e produção energética); Tesouraria no valor de 7,1 milhões de euros.

Contudo, o investimento revela uma execução pouco expressiva (65%), concentrando-se sobretudo em obras para infraestruturas, sem traduzir-se na implementação de projetos estruturantes capazes de inverter o declínio populacional e a falta de dinamismo económico. Acresce que muitas das intervenções realizadas resultaram em edifícios encerrados e sem qualquer utilidade para a população, ou com deficiente dinamização. Esta situação evidencia uma dificuldade em transformar recursos disponíveis em ações concretas e políticas de desenvolvimento.

Adicionalmente, o plano apresenta lacunas, segundo boas práticas de gestão, entre elas destaco: Falta de quantificação clara das metas (o plano menciona objetivos de redução de emissões, mas não apresenta percentagens concretas por setor num inventário detalhado de emissões com linha de base validada; as boas práticas incluem metas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

MART - específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais); Ausência de indicadores de monitorização robustos (não há sistema de métricas (KPs) para acompanhar a execução de medidas como por exemplo consumo de água por habitante, eficiência energética por edifício, entre outros; as boas práticas incluem relatórios anuais com evolução das métricas entre outros); Governança pouco detalhada (O plano refere “estrutura organizacional”, mas não define responsáveis por cada ação, nem mecanismos de responsabilização; as boas práticas incluem a noção de um “Climate Officer” e criação de um comité intersensorial); Participação pública limitada (há menção a consulta, mas não se evidencia processos contínuos de envolvimento como por exemplo workshops, plataformas digitais para feedback, entre outros; as boas práticas recomenda a co-criação com cidadãos, empresas e academia, entre outras partes interessadas); Falta de cenários financeiros detalhados (indica fontes de financiamento, mas não apresenta estimativa de custos por medida nem análise de custo-benefício completa; as boas práticas ditam a inclusão de anexos financeiros com cronograma e impacto económico)

Persistem lacunas críticas que não podem ser ignoradas: Ausência de relatórios públicos de execução do plano (PMAC), balanços anuais ou revisões, comprometendo a transparência e a monitorização das metas definidas; Uma gestão da água sem metas concretas nem indicadores mensuráveis; E ainda a iminente exploração de lítio, com o exemplo da mina do Romano, com consumo estimado de 10.000m³ de água por dia, o que representa um risco significativo para a barragem do Alto Rabagão e para as captações locais, e ainda para os ecossistemas, sem qualquer enquadramento no plano.

Montalegre é mais do que um território: é uma identidade, um património único e uma comunidade que acredita no futuro. Hoje, mais do que nunca, temos o dever de transformar essa confiança em ação, garantindo que cada decisão honra a nossa história e projeta o concelho para um amanhã sustentável, justo e competitivo.

O plano Municipal de Adaptação Climática (PMCA) não pode ser um documento estático, tem de ser um instrumento vivo, transparente e capaz de gerar confiança. É por isso que considero essencial que, já no primeiro trimestre de 2026, se possa apresentar aos cidadãos sinais claros de execução, através de um relatório público que mostre onde estamos e para onde vamos. Um sistema de acompanhamento acessível e contínuo será a prova de que se governa com rigor e proximidade.

A água, esse bem essencial, merece um lugar central no plano (PMCA). Com metas claras, indicadores de monitorização e mecanismos de controlo, estaremos a proteger um recurso vital e a honrar a classificação do barroso como Património Agrícola Mundial.

Não é apenas uma questão de identidade – é também uma questão de sobrevivência. Quanto à exploração de lítio, não podemos ignorar os seus impactos. É imperativo que o plano preveja cenários de contingência hídrica, limites de extração e medidas automáticas para períodos críticos, garantindo que o desenvolvimento económico não compromete a biodiversidade nem a qualidade de vida das nossas populações.

E porque o futuro se constrói com pessoas, urge pensar nos jovens. Um Plano Municipal para Atração e Fixação de Jovens, integrado no PMAC, será decisivo. Não basta criar infraestruturas, é preciso garantir dinamização, atrair empresas, hubs tecnológicos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

oportunidades que façam de Montalegre um território onde vale a pena ficar, investir e viver.

Montalegre não pode limitar-se a produzir planos estratégicos estéreis ou a gerir a sua estabilidade financeira. Precisa de um plano com metas claras e monitorização rigorosa, que valorize as suas potencialidades únicas, preserve a condição de Património Agrícola Mundial e transforme essa riqueza em motor de desenvolvimento. É tempo de investir em desenvolvimento humano e económico, honrado a nossa identidade e projetando este território, com tanto potencial, para um futuro vibrante e competitivo.

Senhora Presidente, Senhores deputados, estão não são apenas ideias: são caminhos para que Montalegre seja exemplo de visão estratégica, sustentabilidade e coragem política. É isso que os nossos cidadãos esperam de nós. É isso que eu defendo. Assinado, a deputado municipal Natasha Fontes.”

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os elementos da Mesa, Exma. Senhora Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimentar os Senhores Vereadores, digníssimos deputados, ilustres Presidentes de Junta e honroso público. Encerramos hoje mais um ano de trabalho, de dedicação à terra e às nossas gentes. Um ano que é representativo do voto de confiança merecido e reforçado pelos Montalegrenses.

Aproveito este momento para parabenizar a Sra. Presidente Fátima Fernandes e a sua equipa, pela retumbante vitória do Partido Socialista nas eleições de 12 de outubro.

Foi uma vitória justa e dignificadora de todo o trabalho e dedicação que a mesma deu ao concelho nos últimos três anos!

Agora é tempo de arregaçar as mangas e manter o foco na divulgação e desenvolvimento do concelho, conferindo também maior visibilidade às nossas freguesias e às nossas aldeias!

No caso da freguesia de Salto, impõe-se o agradecimento sincero a este executivo municipal, não só por estarem em vias de construção dois importantes equipamentos sociais – nomeadamente o pavilhão multiusos e Creche, que vão dar mais dignidade aos nossos eventos, ao nosso desporto e seus atletas e claro está, serão uma mais valia para as nossas famílias, mas também, por ter a sensibilidade de apoiar a Junta de Freguesia que presido, na revitalização de um edifício que lhe pertence e onde a Brigada da Câmara esteve instalada a título gratuito, durante mais de três décadas.

Trata-se de um edifício central, localizado junto ao posto médico, da escola, da Junta de Freguesia e dos futuros equipamentos que referi, pelo que se demonstra urgente e necessária a sua revitalização, para o mesmo continuar a servir a população! Sem o apoio financeiro da Câmara seria extremamente difícil para a Junta de Freguesia proceder à sua reconstrução!

Prosseguindo, gostaria de deixar aqui algumas notas importantes para o futuro: é urgente rever a nossa rede viária e proceder à sua revitalização. No caso da freguesia de Salto, foco o acesso à aldeia de Golas, o centro da aldeia de Pereira, o centro da aldeia de Pereira, o centro da aldeia de Reboreda, o centro da aldeia de Linharelhos e claro está, a estrada entre a Borralha e Padrões, e seria extremamente importante a colocação de rails na entrada de acesso a Linharelhos e rever a sinalética das ruas na



11

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Freguesia de Salto e substituir ou reabilitar os sinais de trânsito e as placas de algumas aldeias que ainda não foram substituídas. Bem haja. Votos de um excelente ano de trabalho para todos. Assinado, a deputada Sandra Catarina Gonçalves.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo público e ademais aqui presentes.

Espero que todos os munícipes tenham tido uma excelente quadra natalícia, junto daqueles que mais amam e estimam. Presto aqui as minhas sentidas condolências às várias famílias que infelizmente perderam os seus familiares nesta época tão especial de amor, confraternização e união familiar.

Agradecer à organização e participantes do Presépio Vivo em Salto, assim como aos organizadores das restantes atividades desenvolvidas nas últimas duas semanas no nosso concelho.

Dado que ainda não tive oportunidade, aproveito para dar os parabéns à Senhora Presidente da Câmara pela sua eleição, com votos de sucesso no decorrer do seu mandato, pois o seu sucesso irá refletir-se na vida dos munícipes deste concelho dado que tem sob a sua alçada uma das maiores entidades empregadoras do distrito de Vila Real, gerida exclusivamente com dinheiro público. Para tal pode contar com a oposição, como sempre estivemos, continuamos disponíveis para concertar ideias e projetos que dinamizem a economia do concelho, projetos que consigam estancar a saída sem regresso dos nossos jovens e consequentemente combater o défice demográfico, colmatar a falta de infraestruturas e incentivos ao investimento privado. A oposição continua disponível, esperemos que a senhora Presidente também venha a estar disponível em prol de um concelho dinâmico, atrativo e asseado.

No entanto para que o concelho de Montalegre seja bem-sucedido, não podemos ter situações como esta, em que a pressa em semana de eleições é tanta, que nem esperam que a entidade competente retirasse o poste e ficou no meio da estrada, pondo em causa a segurança rodoviária. Mais caricato ainda é, constatar que volvidos mais de dois meses a situação ainda não foi resolvida. Acredito que será resolvida rapidamente dado que trago aqui o assunto, seria chato, ter de abordar novamente o assunto na próxima assembleia municipal, como é o caso das escolas e a senhora presidente reclamar outra vez as escolas.

Muitos dos problemas existentes nas escolas que expomos nas assembleias, são resolvidos dado a insistência e muitos deles nem existiriam se ouvissem a oposição que alerta o executivo que vai correr mal, mas mesmo assim insistem em cometer os erros, não só nas escolas, mas no geral.

É no mínimo caricato o deputado Soares querer explicações de quem saiu de cabeça erguida da política por motivos pessoais e muita ponderação face aos resultados eleitorais. Saíram da vida política ativa com muita dignidade, não foram presos, não têm de prestar contas à justiça, nem foram acusados de centenas de crimes graves. Se alguém deve alguma explicação ao povo é o partido socialista e os seus acólitos que nada dizem saber, nós também continuamos à espera da vossa resposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Continuando com os problemas reais do nosso concelho que é o que me traz aqui, tenho conhecimento que o teto falso da sala de convívio da Escola do Baixo Barroso está novamente degradado e a cair, pondo em causa a segurança das crianças que ali permanecem. Agradeço que a situação seja resolvida definitivamente sem remendos. Por fim, pergunto mais uma vez tanto à Senhora Presidente e ao vereador com o pelouro da educação quando é que o conselho municipal de Educação começa a funcionar? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Quero em primeiro lugar deixar os meus parabéns a todos os eleitos, particularmente às camaradas e aos camaradas do PS.

E felicitar a presidente da Câmara Dra. Fátima Fernandes pela excelente campanha e pelo resultado inequívoco, que demonstrou grande apoio popular entre os Barrosões e que conferem ao partido socialista o 10º mandato consecutivo.

Espera-se a continuidade do trabalho e do sucesso da nossa terra.

E queria deixar uma saudação particular à presidente da Junta de Tourém.

E passo a explicar porquê.

A Leonor tinha tomado uma decisão e depois foi atacada pelo PSD. Atacada em termos pessoais, e praticamente foi insultada. Mesmo o desespero do PSD com os resultados de dia 12, apesar de o dono do PSD não ter ficado admirado com a magnitude da derrota, tendo dito até que estava escrito, não justificava tais ataques. Mas, afinal, esse era o seu comportamento de sempre...

Só que a Leonor mudou de ideias e resolveu responder aos ataques e às provocações. E como é que o fez? Ganhando de forma clara as eleições!

Foi um grande exemplo da Leonor, que representa a identidade do partido socialista. Estamos sempre na luta com dignidade e respeito, e ao serviço da nossa terra.

O PS quando é atacado reage e defende os seus valores, defende a integridade dos seus candidatos, defende a verdade, trabalha com humildade para mostrar que a política não se faz com ataques pessoais e que, quando isso acontece, o PS é forte, é unido, e dá lições destas porque os Barrosões reconhecem quem partilha destes valores.

Depois da intervenção do deputado municipal Duarte Gonçalves queria dizer-lhe aqui, bem-vindo de novo ao combate.

É uma pessoa respeitada e respeitadora, contrariamente a outros, e espero que assim continue. Agora a ameaça velada que aqui deixou – de combate puro e duro – espero bem que não siga a tendência que assistimos até aqui.

Já politicamente não posso dizer o mesmo. Politicamente temos um regresso do passado e um regresso sem futuro.

O Sr. ° deputado foi líder do PSD local e candidato à Câmara Municipal. E durante esse período teve o próprio PSD, ou quem pensa ser o dono do seu partido, a ajudar a destruí-lo! E agora? Quer voltar com esta carga de ter sido o candidato que obteve o resultado mais fraco de sempre do PSD?

A sua nova aparição significa, pois, a declaração do falhanço em toda a linha do PSD. Tem o peso de um passado negativo, não ganhou experiência nem implantação, e tem um PSD destruído pela sua teimosia e ineficácia, PSD que continuará autodestrutivo,



Lhes 13

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pela política de vingança, de ataque pessoal, sem ideias credíveis e sem pessoas para regenerar aquele que foi o maior partido do barroso e que, por mérito do PS é certo, mas em grande parte também por sua culpa e do ego pessoal dos seus dirigentes, foi relegado, já lá vão 36 anos, para a oposição! E não aprendem nada!

Bem gostaríamos de ver o PSD diferente, mas continuem que o PS seguirá o seu caminho, fará o seu trabalho com serenidade e com grande ligação ao povo, e à nossa terra, por quem se trabalha muito, com competência, alegria e dedicação! Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Hernâni Carvalho prescindiu do uso da palavra.

Posta à votação a proposta de “voto de louvor” a Catarina Dias foi aprovada por unanimidade.

A Senhora Presidente da Câmara disse que é natural que, em todas as intervenções, surja sempre uma nota dissonante para marcar diferenças de opinião. Neste período antes da ordem do dia, isso também acontece e toda a gente já está habituada. Congratulou-se com a postura do deputado Duarte Gonçalves e faz votos para que consiga levar a bom porto a sua visão de oposição. Acredita que a oposição é essencial: deve ser ativa, mas também respeitosa e colaborante. Esse equilíbrio é fundamental para que todos possam contribuir mais e melhor. Partilha igualmente da opinião do professor Soares. Disse que nunca viu esta Assembleia adormecida ou desrespeitosa em relação às posições e opiniões de cada um. Foram eleitos para representar os votos e as aspirações das pessoas que lhes confiaram essa responsabilidade. É natural que cada partido mantenha a sua marca ideológica, mas este órgão político deve primar pelo diálogo e pela cooperação. Está-se aqui com compromisso, olhos nos olhos, para fazer o melhor que podemos pela nossa terra e pelo nosso povo, envolvendo e colaborando com todos, conscientes de que ninguém detém a verdade absoluta. A verdade tem diferentes perspetivas e é essa diversidade que enriquece o debate.

Quanto às observações da deputada Natasha, agradeceu a intervenção e irá solicitar aos serviços que revisem o Plano de Ação Climática, verificando eventuais lacunas apontadas. Estes planos foram elaborados no âmbito da CIMAT por entidades especializadas e se houver dados em falta, serão devidamente corrigidos.

Relativamente às obras na Escola de Baixo Barroso, durante a interrupção letiva o empreiteiro trabalhou contrarrelógio. Houve atrasos temporais devido a diferentes circunstâncias e condições atmosféricas adversas, mas a Câmara está atenta e comprometida em responder a todas as questões.

Relativamente ao poste falado pela deputada Sandra Gonçalves, esclareceu que a iluminação pública e a colocação de postes são responsabilidade da E-REDES, não da Câmara. Sempre que há necessidade de remoção ou colocação, cabe à Câmara solicitar a intervenção da entidade responsável. No caso desta obra, pedimos a remoção do poste e continuamos a insistir junto da E-REDES. Enquanto isso não ocorre, cumpre-se o contrato da obra e sinaliza-se o poste para não comprometer a mobilidade. A Câmara não pode proceder diretamente, pelo que permanecem dependentes da entidade responsável até que o assunto seja resolvido.



14

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, João Soares e Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, vai-me desculpar, mas eu tenho 15 minutos para intervenção neste período, falei 8 tenho mais 7 não é mais 2 nem mais 3. Não pode, nem permitirei que retire ou dispense o meu tempo. Já impediu uma intervenção do deputado Acácio Gonçalves. Eu no lugar dele faria um protesto formal para acta.

O Sr. Presidente aqui é um deputado como eu e os demais, tem é a responsabilidade acrescida de dirigir os trabalhos e ser o primeiro a fazer cumprir o regimento.

Para clarificar, eu, na anterior intervenção, não disse que havia antigamente falta de democracia nesta casa ou que estava adormecida, disse que a Assembleia não pode adormecer, não a podemos deixar adormecer. Foi aqui pelo deputado João Soares referido o PSD em termos que me surpreendem. pois referir que na campanha se disse que iríamos acabar com a feira do fumeiro ou a sexta treze, é a chamada falsa política, pois ou não leu ou não conhece o programa da coligação, no qual em nenhum ponto aparece tal coisa. Os slogans de campanha são o que são e pode inferir pessoalmente o que quiser, mas não pode é adulterar o sentido das propostas dos outros. Isso deixou-me surpreendido, pois tenho-o em maior conta.

Já quanto aos membros que renunciaram, a deputada Sandra Gonçalves respondeu a isso, mas claramente que o fizeram no âmbito da sua decisão pessoal, de livre vontade, em consequência da leitura que fizeram dos resultados eleitorais e abrindo democraticamente espaço à renovação do partido.

Quanto ao que referiu o deputado João Carlos, parece que não entendeu ou não quis entender. A senhora Presidente percebeu, pela sua intervenção, o conteúdo da minha mensagem. Eu não fiz ameaças veladas, apenas disse que a oposição precisa naturalmente do seu espaço, se a deixarem trabalhar e colaborar cá estamos, se formos para o confronto puro e duro, pois também estamos cá para esse jogo, que tantas dores já vos causou. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado João Soares esclareceu que leu e conhece bem o programa eleitoral do PSD na sua totalidade. Recebeu-o pessoalmente em Fafião e examinou-o cuidadosamente. Quando mencionou a forma apelativa dos cartazes e slogans, referia-se apenas a esse aspeto; o conteúdo do programa é conhecido e compreendido por si. Usou exemplos concretos, como a feira do Fumeiro e a imagem de Montalegre, apenas para ilustrar a aplicação prática do programa. Reconheceu que o povo muitas vezes conhece mais os slogans do que o conteúdo detalhado, mas isso não diminui a seriedade das propostas apresentadas.

Quanto à proposta de compromisso apresentada pelo deputado Duarte Gonçalves, considera importante que se mantenha, pois a nossa presidente também valoriza compromissos. Por fim, reiterou que esta Assembleia exija atenção e dedicação; não é um espaço para descuido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “É lamentável estar constantemente a ser interrompida pelo presidente desta Assembleia que muito se atrapalha com o tempo das intervenções dos deputados da bancada social-democrata, mas não chamou à atenção o deputado Soares que usou 7 minutos ou o deputado João Rodrigues que falou quase 6 minutos. É inclusive antidemocrático o facto de não dar a palavra ao líder da bancada do CDS porque já esgotamos o tempo do período Antes da ordem do dia.

É mais importante falar, expor e solucionar os problemas do concelho ou cumprir os 60 minutos do período antes da ordem do dia?

Foi posta à votação uma proposta da bancada social-democrata para a criação de um grupo de trabalho, que visava fazer uma revisão do regimento desta assembleia por estar obsoleto, foi terminantemente recusada pelo partido socialista. Esta é a prova que o regimento precisa de ser revisto e melhorado.

É lamentável constatar que o senhor Presidente da Mesa desconhece o regimento da Assembleia que preside. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O representante do Grupo Municipal do CDS/PP, Acácio Gonçalves, entregou à Mesa o seguinte requerimento a solicitar esclarecimentos sobre o uso da palavra. “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: interpelo a Mesa nos termos do artigo 35º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ao líder do Grupo Municipal do CDS/PP foi negado o uso da palavra apesar do regimento lhe conferir tempo próprio enquanto líder do grupo, nos termos do artigo 28º, nº:1, alínea b) ou do artigo 29º, Nº1, alínea b) conforme o período em curso.

Solicito à Mesa que esclareça a razão dessa decisão e que reponha o cumprimento do Regimento, garantindo o exercício pleno dos direitos do respetivo Grupo Municipal. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao pedido formulado pelo representante do Grupo Municipal do CDS/PP e sublinhou a importância de se cumprir o regimento da Assembleia. Todos os intervenientes devem respeitar os tempos estabelecidos: as sessões têm duração máxima de seis horas, e cada deputado deve observar o tempo de intervenção definido. Alguns debates recentes demonstraram atrasos e incumprimentos, o que compromete a ordem e a eficiência dos trabalhos.

Quando há interesse em intervir, é necessário sinalizar previamente, para que a ordem de intervenções seja respeitada. O respeito às regras é essencial, tanto para os deputados quanto para os cidadãos que acompanham o trabalho da Assembleia.

Pedi desculpas se em algum momento a sua intervenção não foi clara ou tempestiva; foi apenas uma questão de organização do tempo. Reiterou a necessidade de cumprir o regimento, garantindo que as sessões sejam produtivas e justas para todos.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;



 16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor 1º secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Hernâni Carvalho.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor 1º Secretário da CIM Alto Tâmega

Começo por lhe dar as boas-vindas e agradecer a forma clara e detalhada com que nos apresentou as atividades da CIM.

Espero não me perder nas minhas notas, mas de tudo quanto referiu, gostava de deixar alguns apontamentos.

Quanto aos projetos financiados pelo PRR e propostos ao 2030, dá nota da elevada taxa de execução, o que é positivo, e sobre esse tema já a Presidente da Câmara havia feito referência. Contudo, dessa listagem que refere ter recebido gostaria de questionar quais os projetos em concreto apresentados por Montalegre? Isto porque além da taxa de execução, importa também aferir o mérito e a mais-valia desses projetos aprovados e a sua relação com a criação de emprego. Pois é neste domínio do emprego que mais importa atuar, como forma de fixação de pessoas, respondendo ao grande flagelo demográfico que assola os territórios de baixa densidade.

Depois falou também no turismo, e nesse domínio gostava de alertar para a importância da rede viária. A mobilidade de turistas entre destinos regionais, de que deu nota, é afetada pelas distâncias e pela deficitária rede viária interna, muitas vezes em fracas condições de manutenção. Sabemos que o quadro comunitário não está muito virado para estes investimentos, mas são para nós muito importantes, pois face à nossa condição geográfica, Montalegre é uma espécie de enclave, sem ligação à A24 e sem beneficiação da N103. Sabemos também que somos um território sem força reivindicativa, temos pouca população, o que significa poucos votos. Por isso apelo à solidariedade intermunicipal, para que no seio da CIM haja esta força reivindicativa conjunta, a uma só voz, sobre esta questão junto das instâncias superiores e do governo.

Quanto ao projeto Aquavalor, falou em ir mais além e atuar na certificação de produtos agroalimentares biológicos. Neste domínio penso que os nossos produtores têm o know-how produtivo, precisam certamente de apoio ao nível do marketing, mas o principal problema dos produtores locais é o acesso a mercados e canais de distribuição nacionais e internacionais. Aqui muito poderão fazer no sentido de promover a ida a feiras e certames, ou abrir portas com entidades como a AICEP. É preciso de fato ganhar escala, valor e posicionamento no mercado. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

O deputado Hernâni Carvalho agradeceu pelo trabalho efetuado pela CIM, que se sabe ter sido intenso e amplamente reconhecido, mas também, e sobretudo, pela forma sintética e muito conseguida como foram apresentadas as principais linhas de atuação e as preocupações, tanto do que foi feito como daquilo que ainda está por fazer.

Acreditou que foi tocado um ponto essencial, que nunca é demais destacar: a plataforma de entendimento que tem sido a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

De facto, tem produzido ganhos notáveis para o território. Naturalmente, o futuro constrói-se com ambição; temos mais para fazer e queremos fazer mais.

Houve, no entanto, uma referência breve a um ponto que o deixou algo preocupado. Compreendemos bem a dificuldade da transição entre quadros comunitários. Sabe que existe um processo excessivamente burocrático e por vezes pouco funcional, entre as CCDR e as CIM. Aquando da definição dos quadros, registaram-se muitos atrasos que penalizaram os territórios e continuam a penalizar, de forma ainda mais acentuada, os territórios de baixa densidade.

Ainda assim, considera muito positiva a referência feita a Montalegre no que respeita à capacidade de execução. É, de certa forma, surpreendente, pois trata-se de um território com menor oferta de empresas com capacidade de execução, o que nos leva a concluir que as apostas e os projetos definidos foram acertados e alinhados com o plano de desenvolvimento do território.

Contudo, preocupa-o e quer perceber o que se pode esperar desta nova reorganização ou reprogramação do PRR, prevista para o próximo ano. Já existe alguma indicação do que poderá representar para territórios como o nosso? Esse trabalho já começou? E de que forma nos podemos preparar para essa nova programação, tendo em conta os problemas que o PRR tem apresentado? Para ele, este é um tema particularmente preocupante, sobretudo considerando a forma como se planeia, se executa e o tempo que se demora, sendo que o PRR tem sido, de facto, problemático nesse aspeto.

Foi também muito bem abordada a questão da floresta, um tema que o preocupa bastante. A floresta está no território. Referiu uma mancha de pinhal cuja dimensão nem sempre é clara, mas que representa, acima de tudo, uma oportunidade desaproveitada. A floresta não tem conseguido gerar valor: não se avança para a certificação do território, não se conseguiu dar o salto para a compensação através de créditos de carbono e não existem players suficientes no território, salvo situações pontuais em Vila Pouca de Aguiar, eventualmente em parte de Ribeira de Pena e um pouco em Chaves. Existem produtos florestais com potencial para gerar valor, mas este continua a ser um problema sério. A agricultura, num território como Montalegre, é a principal atividade económica e a base da nossa economia, mas, devido aos quadros comunitários e a alguns apoios, acaba por gerar alguma concorrência com a floresta, quando ambas deveriam ser complementares.

A Comunidade Intermunicipal deve olhar para esta realidade de forma diferente, compreendendo que a floresta se organiza em conjunto. Não existem fronteiras físicas no espaço florestal, pelo que faz sentido pensar num plano florestal de âmbito sub-regional. Gostaria de saber se faz sentido avançar para um plano de desenvolvimento florestal sub-regional que permita criar mais valor, promover a certificação do território e, finalmente, integrar-nos nos mecanismos de compensação por créditos de carbono, dos quais ainda estamos à margem.

Questionou como se pode inverter esta lógica e trazer mais valor, garantindo que a floresta é cuidada e não se transforma num território propício aos incêndios, que depois evolui para incultos, perde valor e nos empurra para uma espiral recessiva no espaço florestal?

Por fim, sublinhou que o caminho da valorização dos nossos produtos passa, inevitavelmente, pela certificação. É muito positivo que o valor possa ser instituído no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

território como uma plataforma de mobilização e de arranque deste processo. Gostaria de perceber se, nesta dinâmica — e tendo em conta a referência à produção pecuária, nomeadamente a duas raças de grande valor, sendo uma de valor excepcional, o Barrosão — se pode considerar o matadouro existente no território. Apesar da designação, nunca foi verdadeiramente regional, embora tenha sido concebido com essa capacidade. Talvez nunca tenha tido a dinâmica ou o braço regional que poderia ou deveria ter tido. Importa perceber de que forma esta estrutura pode ser integrada como um player relevante nos processos de certificação e, posteriormente, como um instrumento que ajude, de forma mais capacitada, ao escoamento do produto.

O senhor 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega respondeu ao interpelante e agradeceu os comentários e as questões colocadas, que são, de facto, muito interessantes. Acredita que esta visão é uma visão que pode trazer aquilo que considera essencial: a lógica subjacente ao funcionamento do sistema. E essa lógica é importante que todos a compreendamos. A União Europeia funciona, fundamentalmente, numa perspetiva de mercado, assente numa lógica económica bem definida.

A lógica é esta, e é importante que todos nós a compreendamos. A União Europeia funciona numa perspetiva de mercado. Quando recebemos fundos europeus, estamos sempre a dar algo em troca — e esse algo é, quase sempre, mercado. Existe, por vezes, a tentação de encarar estes fundos como um exercício de pura solidariedade, como se alguém nos estivesse simplesmente a dar dinheiro. A União Europeia tem, de facto, dinâmicas solidárias, mas não é exatamente neste plano que elas operam.

Todos competem pelo dinheiro, e é importante que isso seja claro. Em Bruxelas existe uma luta intensa pelos fundos; em Portugal existe uma luta intensa pelos fundos; no Norte existe uma luta intensa pelos fundos; e assim sucessivamente. Se se olhar para os próprios municípios, também aí existe uma luta intensa pelos fundos. A vantagem que temos na nossa região é a existência de um modelo estável de distribuição de recursos, e isso é uma grande mais-valia face a outros territórios.

No entanto, este modelo também contribui, muitas vezes, para atrasos nos processos. Não é normal que um programa que deveria ter começado em 2022 só tenha arrancado em 2025. Isso não é normal. Depois, naturalmente, a execução torna-se muito mais difícil, porque dispomos de menos tempo. Mas a União Europeia não está particularmente preocupada com isso, porque esse é um problema português, não é um problema deles. Neste momento, a União Europeia já está a discutir o quadro de 2028-2035 e aqui ainda se está no início da execução do Portugal 2030. Esta é uma questão que ele considera fundamental que fique bem clara.

Relativamente aos investimentos, é evidente que todos os projetos propostos resultam de decisões tomadas pelos municípios e, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de decisões tomadas no seio da própria CIM. É verdade que existem atrasos na execução. E porquê? Porque, em Portugal, temos um número muito elevado de entidades que têm de emitir pareceres e pronunciar-se sobre os projetos. Essas entidades fazem o seu trabalho, mas esse trabalho demora tempo.

Muitas vezes, o problema não está na falta de recursos financeiros, mas sim no tempo excessivo que se levam a colocar esses recursos ao serviço das populações e das empresas. Isso gera sempre um conjunto de dificuldades e constrangimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quando refere que, no futuro, haverá menos dinheiro, quis dizer que teremos de nos preparar, muito provavelmente, para ir buscar financiamento diretamente a Bruxelas. Existe muito mais dinheiro gerido diretamente pelas instituições europeias do que aquele que é canalizado através dos Estados-Membros. No entanto, habituámo-nos, ao longo dos anos, a receber os fundos por intermédio do nosso Estado-Membro.

A própria Comunidade Intermunicipal já tem, neste momento, dois projetos europeus financiados diretamente por Bruxelas, sem passagem pelo Estado português. São projetos de pequena dimensão, mas servem para demonstrar que é possível fazê-lo.

Por outro lado, há aqui também uma oportunidade. Se a União Europeia vai investir fortemente na área da defesa, há que perceber de que forma o nosso território pode posicionar-se para captar parte desse financiamento. Não se irá produzir armamento, certamente. Mas pode-se, por exemplo, produzir alimentos nutricionalmente muito ricos. Pode-se desenvolver bebidas isotónicas a partir da excelente qualidade da água que há no território.

Muitas vezes, aquilo que parecem ser ameaças são, na realidade, oportunidades. O fundamental é que se consiga antecipar e perceber de que forma se pode equilibrar e diversificar as fontes de financiamento que chegam ao território.

Claro, estamos todos de acordo. É muito difícil reivindicar quando temos consciência de que representamos apenas cerca de 2,5% da população da Região Norte. No entanto, Portugal também representa cerca de 2,5% da população da União Europeia e, ainda assim, reivindica. Portanto, aquilo que fazemos todos os dias é precisamente isso: pedir o máximo possível.

Para se pedir o máximo, tem que se demonstrar duas coisas essenciais: que se é capaz de executar e que se é capaz de fazer boas opções. É esse o trabalho que a Câmara Municipal tem procurado desenvolver de forma consistente.

Relativamente ao turismo, é verdade o que foi referido, nomeadamente a sua articulação com a rede viária, que é absolutamente determinante. Repetidas vezes, a Câmara Municipal tem colocado na agenda política a importância de resolver o eixo horizontal do território. A ligação entre Montalegre, Chaves e Valpaços é crítica e deveria ser concretizada.

Ao longo do tempo, diferentes governos, em diferentes momentos, têm dito que sim, que irão pensar e executar essa ligação. No entanto, sabemos bem que é extremamente complexo reunir os meios financeiros necessários para realizar essas obras e, mais ainda, que é muito difícil concretizá-las no terreno. Trata-se de um trabalho exigente, que demora bastante tempo.

Veja-se o exemplo do PRR, que conseguiu inscrever uma ou duas ligações transfronteiriças na zona próxima de Bragança. Mesmo assim, uma parte dessas ligações, apesar de inscritas, não chegou a ser executada. E porquê? Porque só a realização dos estudos e dos projetos de execução demorou mais tempo do que o próprio período de execução do PRR. Ou seja, chegou-se ao ponto de ter a verba inscrita, mas isso não significou que fosse possível executá-la.

Perante isto, não se deve abandonar a reivindicação. Todos os dias se deve manter na agenda. Todos os dias se deve insistir. Todos os dias se deve inscrever esta necessidade nos diferentes instrumentos e momentos políticos. E é isso que os Presidentes de Câmara têm feito, de forma consistente, em todas as oportunidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ainda recentemente, aquando da visita do Ministro Pinto Luz, voltou a ser referida, por vários Presidentes, a necessidade destas ligações. E acredita que, um dia, seremos bem-sucedidos. Agora, o caminho até lá é um caminho complexo, exigente e difícil de executar.

Para terminar disse que há um conjunto de temas que são regionais e não apenas municipais. A floresta não se divide por fronteiras administrativas. Quando arde, atravessa territórios. Por isso, tem de ser pensada numa lógica regional.

O mesmo se aplica aos produtos endógenos. O mel está presente em todo o território. A carne acompanha uma parte significativa da região. O fumeiro é um produto identitário dos nossos territórios. A castanha tem maior expressão em Vila Pouca de Aguiar e Valpaços, é verdade, mas tem importância em toda a região.

O que é fundamental perceber-se é que temos de valorizar mais estes produtos. Temos de conseguir fazer aquilo que aqui foi bem referido: chegar aos mercados, ter boas embalagens e, sobretudo, aceder aos mercados adequados à nossa dimensão. Não faz sentido procurar feiras onde se exige a entrega de milhões ou biliões de toneladas de produto, porque nunca se vai ter essa escala.

O nosso é um negócio de nicho, que deve posicionar-se em mercados de altíssima qualidade. Para lá chegar, é necessário fazer um trabalho consistente e estruturado. Nesse sentido, assumiu estar disponível, através do AquaValor, para desenvolver esse caminho, tal como se está a fazer com as águas, permitindo que os produtos cheguem aos clientes que verdadeiramente os valorizam.

Finalmente, disse que tem que se ter a capacidade de reconhecer que há produtos que abandonados no passado, nos quais se era muito forte, e que hoje, se forem produzidos com certificação adequada, podem voltar a ter grande valor de mercado. Dou o exemplo das hortícolas. O nosso território foi, em tempos, muito relevante nesta área. As hortícolas perderam valor e enfrentam atualmente grandes dificuldades de mercado. No entanto, se forem certificadas como biológicas ou quase biológicas, existe um mercado europeu significativo que permite voltar a posicionar estes produtos a preços elevados.

Para que este trabalho possa ser concretizado, precisamos de alguém que nos ensine a fazê-lo. Não é o Ramiro, nem é mais ninguém, que detenha esse conhecimento de forma estruturada. É necessário alguém que estude o processo, que saiba como ele se faz, que perceba onde e como posicionar os produtos e que seja capaz de transmitir esse conhecimento aos nossos produtores. E, naturalmente, os produtores terão depois de o aplicar.

É precisamente este o trabalho que o AquaValor está a tentar desenvolver, com todas as dificuldades que, como é óbvio, este tipo de processo acarreta.

Relativamente às questões estatísticas, elas estão devidamente refletidas nas diferentes instituições. Existem indicadores de emprego, indicadores de criação de empresas e indicadores associados ao investimento em todo o território, pelo que, nesse aspeto, não vejo grandes lacunas. E, naturalmente, se for possível conferir a outras instituições um âmbito mais alargado — como foi referido relativamente ao matadouro e a outras estruturas —, faz todo o sentido fazê-lo, porque estas instituições têm de funcionar numa lógica supramunicipal. Não conseguem sobreviver numa lógica exclusivamente municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Procurou abordar de forma breve aquilo que lhe foi transmitido. Naturalmente, disse estar sempre disponível para, hoje ou noutro momento, ouvir contributos adicionais e dar nota de aspetos que se consideraram muito importantes.

Agradeceu sinceramente as felicitações. No entanto, importa sublinhar que este trabalho é desenvolvido por uma equipa — uma equipa alargada — que trabalha todos os dias com este espírito. E gostava também de deixar claro que não são só vitórias que acontecem. Às vezes, pode parecer que é assim, mas não é. As vitórias são aquilo que aparece. Na CIM-AT, também perdemos todas as semanas. Enquanto se perde, não há problema. O essencial é aprender. Se aprendermos, na vez seguinte voltamos lá e ganhamos. Esse é o propósito. Naturalmente, não se expõem as derrotas; expõe-se aquilo que sobra de positivo. Mas a verdade é que, todas as semanas, surgem problemas.

Quando esses problemas aparecem, reflete-se em conjunto, discute-se com os Presidentes, percebe-se o que correu menos bem e como se pode resolver melhor da próxima vez. Aprende-se, ajusta-se e volta-se a tentar. Não há razão para não ganhar. É aprender e fazer, aprender e fazer.

Quis deixar esta nota porque, em várias assembleias por vezes fica apenas a perceção do lado positivo. E é importante que não fiquemos apenas colados a essa imagem, para que não se pense que tudo corre às mil maravilhas. Não corre. O que se tenta é ultrapassar os problemas e é isso que se faz todos os dias.

Deixou ainda uma última nota de votos de um excelente ano de 2026 para todos, que tudo corra bem e, sobretudo, com muita saúde.

A Senhora Presidente da Câmara, em primeiro lugar, saudou as palavras do professor Ramiro, que abordou temas recorrentes nas assembleias e esclareceu muitas dúvidas sobre a execução de projetos no município de Montalegre. Foi com satisfação que o ouviu confirmar que todas as candidaturas de Montalegre foram aprovadas e tiveram o nível de execução exigido. Este resultado é fruto de um esforço hercúleo, sobretudo da equipa liderada pelo Dr. Fernando Moura, responsável pelos fundos comunitários, a quem agradece o empenho e o trabalho muitas vezes fora de horas.

Montalegre integra uma estratégia territorial que não se limita ao município, isoladamente. Procura-se uma visão inclusiva, abrangendo todos os municípios da região, buscando escala e integração, seja em turismo, emprego ou inovação. O projeto do centro de recursos e da incubadora é exemplo disso. Para os deputados que desejarem, o Dr. Fernando Moura poderá fornecer a listagem completa dos projetos em execução.

Sobre transportes, desde 2010 que Montalegre tem transporte público integrado com o transporte escolar, um esforço financeiro significativo. Com a constituição da CIM como autoridade de transportes, pôde-se ampliar a escala e estudar soluções como o transporte a pedido, garantindo cobertura mesmo para as aldeias menores.

Quanto à demografia, o desafio é nacional e europeu. Montalegre, no contexto da CIM, não foi dos municípios que mais perdeu população. A maior quebra ocorreu entre as décadas de 1970 e 1990, resultado de fatores históricos e culturais, incluindo a diminuição do número médio de filhos por casal. O concelho, com 805 km², ocupa o terceiro lugar na perda populacional na região, atrás de municípios frequentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

comparados com Montalegre. Estes dados reforçam que há motivos para nos congratularmos pelo progresso recente, que deve ser valorizado como bandeira de crescimento e desenvolvimento sustentado.

No plano económico, a criação de empresas tem evoluído de forma consistente: de 1.503 empresas em 2017 para 1.709 em 2023; a constituição de novas pessoas coletivas tem aumentado anualmente, contribuindo para o crescimento do volume de negócios e do emprego.

O turismo, por sua vez, tem registado crescimento ainda mais expressivo. Entre 2017 e 2022, o número de dormidas passou de 12.666 para 22.460, quase duplicando, com aumento paralelo no número de hóspedes, proveitos e criação de novos alojamentos. Esta vitalidade é ainda mais evidente aos fins de semana, quando praticamente todas as freguesias recebem visitantes de fora. Este interesse reflete a forte identidade cultural do concelho, os produtos endógenos de elevada qualidade e, acima de tudo, a qualidade das pessoas que aqui vivem.

Estes dados confirmam a dinâmica positiva de Montalegre e devem servir como base para políticas continuadas de desenvolvimento económico, social e cultural, com compromisso e cooperação de todos. É essencial exercer a oposição com elevação, respeito e aporte de ideias, sem prescindir das responsabilidades de cada um.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.2. Apreciação e votação da ata nº 4 da sessão ordinária do dia 29 de setembro do ano 2025;

A ata nº 4 da sessão ordinária do passado dia 29 de setembro foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Natacha Fontes, José Pedro Correia, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves, Ana Maria Barros Martins e Lúcia Araújo Jorge, por não terem estado presentes na referida sessão.

2.3. Apreciação e votação da ata nº 1 da sessão extraordinária do dia 28 de novembro do ano 2025;

A ata nº 1 da sessão extraordinária do passado dia 28 de novembro foi posta à votação, tendo sido aprovada maioria com cinco abstenções dos deputados Natacha Fontes, Jorge Rodrigues, José Pedro Correia, André Serra e Hugo Araújo, por não terem estado presentes na referida sessão.

2.4. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;



L. Pires 23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves manifestou a sua preocupação com o cumprimento dos prazos e do Estatuto da Oposição. Recebeu o relatório de atividades tarde demais, no dia anterior à sessão, quando a lei determina que deve ser enviado com cinco dias de antecedência. Esta falha compromete o trabalho dos grupos municipais e demonstra falta de zelo no cumprimento das normas.

Além disso, os documentos enviados aos grupos municipais apresentaram problemas: o Plano Plurianual não foi entregue, as páginas das atas estavam desorganizadas e houve confusão no envio. Este descuido prejudica o funcionamento do órgão e exige maior atenção por parte dos serviços.

Também destacou que o Estatuto da Oposição e a lei 24/98 devem ser respeitados. No caso do PPI, o grupo municipal do CDS não foi convocado para se manifestar, enquanto outros grupos foram. Este tratamento desigual não pode ocorrer, pois todos os grupos têm direitos iguais de participação e informação.

Reitera que é responsabilidade da presidência da Câmara zelar pelo cumprimento destes direitos, garantindo respeito e igualdade entre todos os grupos municipais.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu os reparos e tomou a devida nota. Irá apurar junto dos serviços o que ocorreu. Relativamente ao Estatuto da Oposição e ao envio dos documentos, acredita que possa ter havido alguma confusão pois os documentos foram enviados.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves reiterou que o grupo municipal do PSD foi devidamente solicitado por ofício desta Câmara, conforme comprovado, enquanto o grupo municipal do CDS não teve as mesmas garantias de direito de pronúncia e consulta. Esta desigualdade contraria o Estatuto da Oposição e precisa ser corrigida para assegurar igualdade entre todos os grupos municipais.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / Artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março - conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

2.6. Documentos Previsionais para o ano económico de 2026 – Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Grandes Opções do Plano de Atividades – Mapa de Pessoal para 2026 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Alberto Martins Fernandes, Sandra Catarina Gonçalves, Acácio Gonçalves e João Carlos Rodrigues.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Após análise dos documentos remetidos, o PSD constata que os PPI e PAM para 2026 são substancialmente idênticos aos documentos aprovados para o ano de 2025, com muitos projetos que se arrastam no tempo, não se identificando novas linhas estratégicas nem uma revisão de prioridades que responda aos desafios atuais e futuros do concelho de Montalegre.

Em particular, consideramos que os documentos apresentados não refletem uma estratégia clara de desenvolvimento económico e territorial, designadamente no que respeita ao fomento da iniciativa privada, à captação de investimento e à criação de emprego, fatores essenciais para a competitividade do concelho e para a fixação de população.

Medidas concretas de desenvolvimento económico, deviam incluir: programas municipais de incentivo à iniciativa privada; ações de captação ativa de investimento e promoção territorial; políticas de apoio à criação de emprego e à fixação de população; integração das infraestruturas viárias como fator de competitividade territorial.

Acresce que os PPI e PAM para 2026 mantêm uma insuficiente aposta na requalificação da rede viária municipal, pela ausência de um plano de intervenções, pese embora o elevado grau de degradação de diversos troços, o impacto negativo na segurança rodoviária, na mobilidade das populações e na atividade económica local.

O aumento financeiro: sinal positivo, mas politicamente insuficiente

O aumento da dotação para a área rodoviária de 93.828,21 € para 355.500,00 € (valor definido) representa, objetivamente, um reforço significativo face a 2025.

A previsão adicional de 1.580.000 € sem definição concreta: não identifica fontes de financiamento; não permite aferir execução realista; pode nunca sair do papel.

Trata-se de um valor-intenção, mais próximo de um “desejo orçamental” do que propriamente de um compromisso político executável.

O problema neste domínio, não é apenas pavimentar, é desenvolver.

A rede viária não é apenas um custo, é um instrumento de desenvolvimento económico e coesão territorial.

Denotamos neste domínio: a ausência de um plano plurianual claro e calendarizado; o peso excessivo do financiamento não garantido; a falta de ligação entre investimento rodoviário e desenvolvimento económico; a inexistência de critérios públicos de priorização; Ausência de resposta para carências concretas: Ex: Estrada Borralha-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Padrões, Estrada Outeiro – Covelães, a própria repavimentação de Covelães a Pitões já carece de outra qualidade, isto sem esquecer a nova ligação Solveira-Sarraquinhos há anos reclamada para ligar duas freguesias próximas.

A estrada Paradela – Outeiro está nos planos, mas é uma prioridade de ontem! Esperamos que seja para executar brevemente. O turismo da região Outeiro, Paredes, Pitões, Tourém passa todo por essa estrada. Que má imagem estamos a dar!

Verificamos ainda um continuo desinvestimento em Saneamento e redes de águas, com apenas duas novas fossas inscritas (São Lourenço S. Ane), em detrimento de investimentos avultados em rubricas como o desporto automóvel, ou em rubricas de elevados valores com a designação de outros, pouco transparentes, e cujos montantes podiam perfeitamente acudir a esta carência da população de muitas aldeias. Cada investimento que fazem na pista (mais 300.000€) é mais uma aldeia que podia ter Saneamento e fica à espera!

Pensem nisso senhores presidentes de junta do PS, nisso e nas verbas da transferência de capital para as freguesias que vão diminuir de 515 000€ para 438 500€. Pois é isto que vão aprovar.

Importa ainda referir a necessidade de se desenvolver projetos de requalificação e melhoria de certas aldeias históricas com valor turístico, como Vilarinho de Negrões, Sirvozelo, Parada, Pedrário e Arcos.

Face ao exposto, o PSD entende que os documentos em apreciação espelham as vossas opções políticas, a inação, falta de visão estratégica e ausência de resposta concreta para os problemas principais que assolam o nosso concelho. Esta vossa política tem dotado Montalegre ao marasmo socioeconómico, do qual são únicos responsáveis. Apresentam, pois, um orçamento financeiramente elevado, mas politicamente limitado.

Pese embora a concordância com obras pontuais previstas, não podemos concordar no global com este tipo de gestão e linhas gerais que vocês mais uma vez apresentam nestes documentos essenciais para a estruturação do futuro do concelho.

Esta vossa distribuição de prioridades demonstra que o orçamento privilegia iniciativas de forte visibilidade pública e eventos de curta duração, em detrimento de políticas estruturais e permanentes de apoio à criação de emprego, às famílias e às empresas.

Resta ao PSD um voto de oposição clara a este caminho, com o qual somos discordantes, na exigência de uma mudança de rumo cada vez mais necessária e urgente. Pelo grupo municipal do PSD. Assinado o deputado municipal Duarte Gonçalves”

O deputado Alberto Martins Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal: este é o maior orçamento da Câmara Municipal de Montalegre, a rondar os 35 milhões de euros! Sabemos que uma verba significativa vai para as despesas de financiamento do município, cerca de 17 milhões. Mas, o investimento global também é avultado e ronda os 11 milhões de euros. As Juntas de Freguesia serão contempladas com perto de meio milhão de euros deste bolo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

As obras financiadas do Portugal 2030 e do PRR também tem aqui a garantia do seu contributo por parte da autarquia.

E vejo nele verbas e rúbricas que abrangem e beneficiam toda a população do nosso concelho: os agricultores, a juventude, os estudantes, os idosos. Teremos apoio para as associações, para a produção pecuária, para o desporto, para as escolas, para os centros de saúde, para o turismo, etc. Resumindo, haverá apoio para tudo o que põe o concelho a mexer e dar vida às nossas populações.

Vejo nele obras importantes para os dois centros mais populacionais do concelho: Montalegre e Salto – as duas vilas, mas também para as nossas 25 freguesias, incluindo pequenas aldeias que vão ter novos arruamentos ou mesmo melhoria no abastecimento de água, de fossas e saneamento (água a Meixedo, Brandim e Golas – três das mais pequenas aldeias do concelho).

O alargamento das zonas industriais também contribuirá para criar novas dinâmicas económicas.

Senhora Presidente, mesmo sendo um grande orçamento, não é tão grande que possa satisfazer todos os problemas do concelho, mas ajuda a melhorá-lo.

Por todos estes motivos, este orçamento da despesa e da receita – Grandes Opções do Plano de Atividades – Mapa de Pessoal para 2026, merecem a nossa aprovação.

Quero terminar desejando a todos os presentes um ótimo ano de 2026. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes.”

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os elementos da Mesa; Exma. Senhora Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimentar os senhores Vereadores, Senhores e Senhores deputados: da análise à proposta de orçamento apresentada pelo executivo municipal, começo por enaltecer todos os apoios que serão entregues às associações da Freguesia de Salto, e a alguns dos seus eventos, pois são eles a força motriz da nossa comunidade e, em grande parte, da nossa economia local, bem como, os apoios à produção animal e á pecuária, porque isso permitirá a manutenção e fixação de mais jovens no sector agrícola. Ora, este plano e orçamento assenta numa linha de continuidade na concretização de grandes investimentos e na criação de grandes infraestruturas.

No caso de Salto, o Pavilhão Multiusos e a Creche estão em início eminente, embora os “intencionais Velhos do Restelo” insistiam que isso não vai acontecer, mas o que é certo é que no terreno já cheira a desenvolvimento!

E o mesmo se passa por outras freguesias do concelho. O melhor ainda está por vir! Como se dizia nas Jornadas Mundiais da Juventude: “Toca o Soco”!

Seguimos, Senhora Presidente e Senhores Vereadores, votos de um bom ano para todos. Assinado, Catarina Gonçalves.”

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Mesa da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Exmo. Público. O Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal vem manifestar uma vez a sua apreciação aos documentos previsionais para o ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

económico de 2026 – proposta de orçamento de despesa e receita – Grandes Opções do Plano de atividades – mapa de pessoa para 2026.

Na área financeira deste município existe na realidade uma certa solidez, sem demonstrar na presente proposta investimento correspondente a infraestruturas que possam criar condições necessárias à população em geral e aos turistas e investidores em especial a radicarem-se nesta região desertificada.

A nossa apreciação é que um orçamento de 34.7775.000,00€ será tanto melhor quanto mais se desenvolver as expectativas da nossa população, criando condições necessárias à radicação do turista que nos visita e também à nossa população que deverá ter as condições necessárias para que possa viver condignamente.

A previsão que os incentivos financeiros nos possam trazer é utópica para este concelho essencialmente agrícola, constatando-se que a indústria tarda em chegar. A desertificação do concelho não deixa ninguém indiferente, a juventude parte à procura de meios, quer na União Europeia, quer no litoral do país e assim a mão de obra torna-se num meio escaço ao desenvolvimento.

Sendo assim o executivo deveria recorrer a investimentos necessários, quer incentivando quer financiando indústrias que possam transformar a matéria-prima de boa qualidade que ainda se produz na região.

O que vemos neste orçamento é falta de apoio à juventude e a investidores que na sua própria terra se veem envolvidos em burocracia, desistindo de projetos que nos parecem sem qualquer objetivo, mas cujo conteúdo seria aproveitado se houvesse a assistência de qualquer gabinete de apoio autárquico que ajudasse no seu financiamento quer na atribuição de subsídios e apoios administrativos ou mesmo bancários.

Repensar o futuro desta região é apoiar o sector primário como a tradição aconselha sem abandonar outros setores envolventes que servirão como elos de ligação para o desenvolvimento sustentável. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores vereadores, Senhores deputados: Temos um bom Plano e Orçamento para 2026. Pena é que não mereça a concordância de todos e tenha tido os votos contra da oposição na Câmara Municipal.

Mas vamos ao Plano:

Um Plano nunca nasce do zero e há sempre obras anteriores para concluir ou outras com prazos mais dilatados. Há por isso continuidade por essa razão, mas há também continuidade na renovação de infraestruturas e equipamentos novos para promoção do desenvolvimento tendo em conta o programa político que mereceu aprovação e confiança da maioria dos Barroões.

Há previsão de bom aproveitamento de fundos comunitários, como tem vindo a acontecer até aqui, o que se traduz de imediato em investimento e empenho, mas também em desenvolvimento e qualidade de vida na nossa terra para o futuro.

Há conservação e requalificação das aldeias e da sede do concelho;

Porque é que isto não merece a concordância de todos?

A verdade e a contenção, reforçada pela prudência reclamada pelos tempos que vivemos, estão aí expressas, mas isso não impede que se consiga um orçamento que aposta na estratégia em prol do desenvolvimento social e económico, merecendo, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

isso, particular atenção o compromisso com a cultura, os apoios sociais, à economia e ao emprego.

Assim, destacamos algumas das marcas deste orçamento e da governação do partido socialista:

1-Este orçamento aposta no investimento direto na educação e nas pessoas, com o enorme investimento no transporte público e na gratuidade do transporte escolar e com outros como é exemplo o subsídio para aquisição de material escolar para os alunos e a bolsa de estudo para estudantes do ensino superior.

Não ouvimos o PSD falar sobre isto!

2-Este orçamento consagra também grande investimento para iniciativas culturais e de promoção como a sexta-feira 13 ou no apoio às associações culturais;

Não ouvimos o PSD falar sobre isto!

3-Garante ainda o apoio direto à agricultura e à pecuária com um grande montante no apoio para a sanidade animal, aos produtores de pequenos ruminantes, o subsídio à produção do gado barrosão, apoio à produção de batata e no apoio à Cooperativa Agrícola;

Não ouvimos o PSD falar sobre isto!

4-Assume o grande investimento no apoio à produção e comercialização do fumeiro com a feira do fumeiro, o maior cartaz da região, o pagamento do abate de suínos no matadouro, e o apoio à associação de produtores para a sua atividade, nomeadamente para melhorar a qualidade e reforçar a produção e comercialização dos produtos;

Não ouvimos o PSD falar sobre isto!

5-Consagra mais uma vez um grande investimento nos apoios sociais diretos com atenção aos mais carenciados, o investimento na estratégia local de habitação, que contribui também para a fixação de população, o apoio à maternidade ou o apoio na compra de medicamentos. Tudo está previsto de forma justa e solidária;

Não ouvimos o PSD falar sobre nada disto!

Mas este Plano tem outras medidas de apoio geral ou específico, mas que garantem também emprego e fixam as pessoas no território por todo o concelho. Falo do apoio às brigadas florestais, da dotação para as IPSS, para o funcionamento das associações de bombeiros e para o cartão Municipal do Bombeiro, e das transferências para as freguesias.

Todo o orçamento tem limitações, mas, contrariamente ao que diz o PSD é um bom orçamento e é enorme na distribuição justa dos recursos para melhor desenvolvimento da nossa terra, e promove a coesão social e territorial.

Senhor presidente Sr.^a e Sr.^o deputados:

Permitam-me ainda dar aqui destaque, até porque é um ano decisivo por ter já iniciado a empreitada, o centro de recursos – por vir complementar e aprofundar, dar novo impulso e inovação ao que já se faz no dinamismo económico do concelho, que tem mais de 2 mil produtores no agropecuária, muitos investidores e emprego na restauração e turismo, nos produtos locais e nos serviços associados.

O Centro de Recursos será uma estrutura de conhecimento e inovação. Está aberto a quem regressa, a quem começa e a quem quer crescer, fazer mais e melhor.



 29

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Será a continuação dos vários sistemas e incentivos existentes, o reforço da sua capacitação, com nova organização, ambição, modernização, com aposta na tecnologia e em nova infraestrutura.

Pode ser o maior polo de transformação das empresas existentes para se modernizarem, para produzirem mais, para produzirem melhor, para ganharem mais e pagar melhor aos trabalhadores. Mas será uma incubadora de novas ideias e novas empresas, também de novas tecnologias, sobretudo para jovens empreendedores que terão ali recursos, instalações e todo o apoio necessário.

E aqui fica a prova de que o partido socialista é um partido transversal, que apoia todos os setores da economia, que se preocupa com a iniciativa privada e que tem a capacidade de olhar para cada pessoa, para cada empresa e de forma audaz, moderna e com capacidade agregadora de responder às necessidades dos tempos e acompanhar aquilo que é uma economia moderna, ao contrário do que muitas vezes a oposição quer fazer querer.

Este é um Plano inteiro, para todos, de inovação e de reforço da esperança no mundo rural e devia, portanto, merecer a aprovação de todos. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A Senhora Presidente da Câmara referiu que se trata de um orçamento de continuidade, com grandes investimentos que transitam de 2025 para 2026. Os projetos financiados por fundos comunitários seguem prazos rigorosos e aqueles já adjudicados avançam conforme programado. Não é correto afirmar que este orçamento não promove emprego ou desenvolvimento territorial; os dados estatísticos confirmam efeitos positivos, embora reconheçamos que ainda há margem para melhorar.

Quanto às redes viárias, a manutenção está a ser realizada e algumas obras estão previstas para 2026, como a estrada Paralela - Outeiro e a estrada Padrões-Borralha. Estas intervenções precisam de ser faseadas, dado que o orçamento não permite executar tudo de uma vez.

No desporto automóvel, estão previstos 300 mil euros para ações relacionadas, incluindo diversas provas e a manutenção da pista de rallycross, considerada pelos especialistas uma das melhores do mundo. Estes eventos geram impacto económico significativo, atraindo visitantes, promovendo o concelho e fortalecendo o turismo local. Eventos de curta duração, como a “Sexta 13” ou a Feira do Fumeiro, trazem milhões de euros ao concelho apenas num fim de semana, promovendo também microempresas e comércio local. A final do Global Rallycross, de âmbito mundial, reforçará a projeção do concelho internacionalmente.

No âmbito do empreendedorismo, o futuro centro de recursos será um espaço de apoio a iniciativas de empreendedorismo jovem, feminino, comunitário e associativo, em colaboração com as juntas de freguesia e associações locais. Este centro estará ligado à incubadora de Chaves, que já presta apoio quinzenalmente a Montalegre, garantindo acompanhamento técnico e fomentando inovação e criação de oportunidades. É fundamental que todos nos comprometamos com esta iniciativa, garantindo o seu sucesso e impacto positivo no desenvolvimento local.

Em suma, esta intervenção evidencia que o trabalho feito e a ser feito é sério, rigoroso e comprometido. Estamos focados em priorizar investimentos, respeitar o regimento,



 30

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

cumprir a lei e promover igualdade, desenvolvimento territorial, emprego, turismo e empreendedorismo.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Pretendia apenas referir que os mapas apresentados demonstram um elevado peso da despesa corrente, mais de 60%, o que limita a capacidade de libertar meios para despesa de investimento. Significa que a autarquia tem uma máquina pesada, a nível da estrutura de custos. Mas isso compete a vocês gerir melhor. São as vossas políticas, são as vossas decisões de gestão. As mesmas que levam a ter mais de 7 milhões em caixa, quando à obra para fazer. Eu sei que as obras de pavimentação das estradas são caras, mas dinheiro existe, a vossa opção é que é não gastá-lo.

Quanto ao mapa de pessoal que também está aqui em apreço, gostaria de questionar se não houve um erro ao nível da gestão de recursos humanos, pois permitiram que a autarquia ficasse sem os dois fiscais. A Câmara está sem fiscais de obras. Como não se previu que estes entravam na reforma? A câmara está sem fiscalização?

Quanto ao que referiu, relativamente ao estudo que mandará fazer do impacto da pista e do desporto automóvel, quando trouxer esse relatório solicito que traga também o levantamento exaustivo de todo o investimento feito na pista em obras e dinamização, desde o dia zero até hoje, para podermos aí sim, tirar conclusões. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que não se deve afirmar que a Câmara está sem fiscalização. O que ocorre é que atualmente não existem fiscais de carreira, mas a fiscalização tem sido garantida por duas vias: através da divisão de obras municipais, cujos técnicos desempenham também funções de fiscalização, e através do urbanismo, recorrendo tanto a serviços externos como a recursos internos da autarquia.

O próximo passo será formar funcionários municipais para a carreira de fiscais, garantindo a especialização necessária. Isto não significa que a Câmara esteja desprovida de fiscalização, mas sim que se está a reforçar e profissionalizar este serviço para maior eficácia.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José Pedro Correia, Natacha Fontes, Ana Francisca Martins, Márcio Azevedo, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves e Sandra Gonçalves.

2.7. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2025, alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

2.8. Alteração aos Documentos Previsionais – ano 2025, alteração ao Orçamento da Receita – ano 2025, Alteração ao Orçamento da Despesa – ano 2025, Alteração ao Plano de Atividades Municipais – ano 2025, Alteração ao Plano Plurianual Investimentos – ano 2025– aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.9. Declaração de Interesse Municipal (DIM) Empreendimento Turístico Eco Sport Resort Hotel – Hotel 5*, “Garrano Península” – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

2.10. Aprovação Definitiva da 1ª Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiros - aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.11. Minuta de Contrato de Comodato de Imóvel entre o Município de Montalegre e a Associação Agroflorestal da Terras do Barroso – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Martins Fernandes.

O deputado Alberto Martins Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Quero aqui dizer que fico imensamente satisfeito com a assinatura deste contrato entre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Município de Montalegre e a Associação Agroflorestal Terras de Barroso, com sede em Salto.

Este terreno, foi adquirido há um ano pela Câmara para aí ser instalado um Pavilhão Desportivo.

Como o pavilhão a instalar pela Câmara era oferecido pelo Governo da altura, resultado de um Projeto Tipo, com as medidas mínimas para as competições distritais de futsal, o Grupo Desportivo de Salto e a Direção da altura, não o aceitou. Daí a aquisição deste terreno que agora será cedido à Associação Agroflorestal. Ao que tudo indica vai ter utilidade e servir uma Associação com bastante dinâmica na Freguesia de Salto e como tal, merece de nós toda a aprovação. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes”.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.12. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Associação WFMontalegre 50+ – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.13. Minuta de Contrato-Programa entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA - Minuta – aprovação

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves esclareceu que a oposição aos contratos-programa decorre apenas de uma opção metodológica, e não de qualquer discordância em relação aos projetos ou à sua finalidade. O questionamento centra-se na forma de implementação via contrato-programa, em vez de apoios diretos, mas não põe em causa os objetivos ou a relevância das iniciativas.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José Pedro Correia, Natacha Fontes, Ana Francisca Martins, Márcio Azevedo, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves e Sandra Gonçalves e com uma abstenção do deputado Jorge Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.14. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA - Minuta – aprovação

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados: o contrato-programa que hoje nos é submetido à votação levanta questões relevantes que importa esclarecer, não para pôr em causa a utilidade das obras previstas, mas para garantir que a decisão desta Assembleia é juridicamente segura e financeiramente responsável. O ponto central é este: os 600 mil euros que a EHATB se compromete a aplicar em obras e eventos no concelho correspondem, na prática, à quota-parte dos lucros que caberia ao Município receber em dividendos. Em vez de essa verba entrar na tesouraria municipal como receita, é convertida diretamente em obras.

Este modelo levanta um problema de princípio orçamental. As receitas municipais devem, por regra, ingressar no orçamento e só depois ser aplicadas em despesa. A substituição direta de dividendos por obras configura uma compensação fora do circuito orçamental, o que expõe o Município a riscos de censura por parte das entidades de controlo, em particular o Tribunal de Contas.

Na prática teremos um plano plurianual de investimentos formalmente aprovado, e depois há obras que existem fora dos planos que a autarquia apresenta ao tribunal de contas.

Acresce que a EHATB não dispõe de meios próprios para executar as obras, pelo que atuará como entidade adjudicante, lançando empreitadas a terceiros. Isso é legal em abstrato, mas exige o cumprimento rigoroso do Código dos Contratos Públicos e uma fundamentação clara para justificar por que razão estas obras não são promovidas diretamente pelo Município.

Do ponto de vista fiscal, importa também esclarecer que o Município não pagaria imposto sobre os dividendos se os recebesse em dinheiro. Ou seja, não existe qualquer vantagem fiscal legítima neste modelo para a autarquia. Pelo contrário, para a EHATB há um risco real de que estas despesas venham a ser consideradas pela Autoridade Tributária como uma distribuição de resultados em espécie, com possíveis correções fiscais futuras.

Em termos de contas consolidadas, esta operação não cria riqueza nova para o grupo municipal: limita-se a transformar resultados da empresa participada em ativo municipal. Se não for corretamente tratada, pode distorcer os resultados consolidados e fragilizar a transparência das contas públicas.

Por fim, acresce que a Presidente da Câmara Municipal exerce simultaneamente funções como Presidente do Conselho de Administração da EHATB, intervindo na celebração do contrato-programa em representação de ambas as entidades. Tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

situação configura um conflito de interesses objetivo, à luz do Código do Procedimento Administrativo e dos princípios da imparcialidade e da boa administração, recomendando-se, no mínimo, a adoção de mecanismos formais de separação de representação, de forma a não assinar contrato consigo mesma.

Em conclusão, as obras podem ser importantes, mas o modelo jurídico e financeiro adotado é sensível e arriscado. Cabe a esta Assembleia ponderar se o contrato-programa, tal como está estruturado, assegura plenamente a legalidade, a transparência e a defesa do interesse público, sendo necessário o respaldo de um parecer jurídico bem fundamentado para respaldar o voto consciente dos deputados.

O PSD opta, face a esta fragilidade, por votar contra a realização deste contrato-programa. Muito obrigado. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu a todas as questões colocadas pelo interveniente.

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu sobre a EHTB e os contratos-programa. A presidência da EHTB é rotativa, ou seja, em cada ano um município preside à instituição, alternando entre os municípios associados. Nesses períodos, os presidentes municipais subscrevem os contratos-programa, como tem acontecido regularmente, sem qualquer novidade.

Todos os contratos-programa são escrutinados juridicamente, com pareceres de advogados competentes, confirmando que não há irregularidades. Além disso, os dividendos gerados pela empresa são sujeitos a impostos, garantindo receita adicional para os municípios, além do valor previsto nos contratos-programa.

O Tribunal de Contas, ao longo dos anos, tem analisado estas contas e não registou qualquer reparo, confirmando a legalidade e correção deste modelo. Este sistema é utilizado de forma consensual, tanto por municípios de um partido como de outro, garantindo transparência, legalidade e segurança jurídica nas decisões relacionadas com a EHTB.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José Pedro Correia, Natacha Fontes, Ana Francisca Martins, Márcio Azevedo, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves e Sandra Gonçalves e com uma abstenção do deputado Jorge Rodrigues.

2.15. Desempenho das Funções de Fiscal Único na Empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – aprovação

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



Handwritten signature 35

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José Pedro Correia, Natacha Fontes, Márcio Azevedo, Acácio Gonçalves, e Sandra Gonçalves.

2.16. Protocolo de cedência de Viatura entre a Câmara Municipal de Montalegre e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Hernâni Carvalho.

O deputado Hernâni Carvalho enalteceu a visão do município de Montalegre na utilização deste quadro comunitário. Montalegre foi um dos primeiros municípios do Alto Tâmega a operacionalizar este instrumento de apoio, numa área sensível como a proteção da floresta, envolvendo o associativismo e as comunidades locais.

Esta iniciativa é mais uma ferramenta que o município coloca ao serviço de todos, contribuindo não apenas para a proteção florestal, mas também para o abastecimento de água às populações.

Por razões óbvias, ressaltou que não participará na votação deste ponto, mas se fosse votasse, apoiaria integralmente esta medida.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.17. Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para a contratação “de fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em AT, MT,BTE,BTN e IP”- Concurso Público Internacional – Programa de concurso, Anexo I – DEUCP – Caderno de Encargos – Consumo Anual – aprovação.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves pediu esclarecimentos sobre a constituição da AMAT. Montalegre já integra a Agência de Energia de Trás-os-Montes, que continua a existir e poderia, aparentemente, assumir funções semelhantes.

Não compreende, portanto, por que se constitui um novo agrupamento municipal, envolvendo seis concelhos, em vez de se utilizar a agência já existente. Considerando os montantes envolvidos, que são significativos, seria importante esclarecer a finalidade e a necessidade deste novo agrupamento, bem como os benefícios em relação à estrutura já existente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a AMAT possui competência específica para realizar este concurso, que é de âmbito internacional e envolve apenas os seis municípios participantes. Portanto, a execução não pode ser feita pela Agência de Energia de Trás-os-Montes, sendo a AMAT a entidade legalmente responsável para este procedimento. Não há, portanto, outros aspetos adicionais a considerar sobre este assunto.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3 – Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário

Hernâni Luís Pinheiro Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria C. Fernandes Vinhas